



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 27/12/2017.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 35

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

- 1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 31, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2017**
- 2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 32, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017**
- 3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 33, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017**
- 4. REQ. N. 1995/17, DATADO DE 22/11/2017 – PC N.º 207/17, DATADO DE 19/05/2017 – CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO**

5. REQ. N. 1430/17, DATADO DE 11/08/2017 – PC N.º 369/17, DATADO DE 11/08/2017 – IMARJOSIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS LDA
6. REQ. N. 1445/17, DATADO DE 17/08/2017 – PC N.º 374/17, DATADO DE 17/08/2017 – JOSE FILIPE SILVA OLIVEIRA
7. REQ. N. 1896/17, DATADO DE 06/11/2017 – PC N.º 406/17, DATADO DE 05/09/2017 – RAFAEL CALADO
8. REQ. N. 1636/17, DATADO DE 19/09/2017 – PC N.º 510/15, DATADO DE 30/12/2015 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA
9. REQ. N. 2030/17, DATADO DE 28/11/2017 – PC N.º 38/17, DATADO DE 06/02/2017 – CARLOS DOMINGUES CORDEIRO
10. REQ. N. 2063/17, DATADO DE 04/12/2017 – PC N.º 267/17, DATADO DE 29/06/2017 – JOSÉ ALFREDO NEVES MONTEIRO
11. REQ. N. 2105/17, DATADO DE 11/12/2017 – PC N.º 292/17, DATADO DE 10/07/2017 – NOMINALPLÁS LDA
12. REQ. N. 2172/17, DATADO DE 20/12/2017 – PC N.º 523/17, DATADO DE 23/11/2017 – MÁRIO CARVALHEIRO DA CRUZ E MARIA CRISTINA GUERRA LUÍS CRUZ
13. REQ. N. 2045/17, DATADO DE 29/11/2017 – PC N.º 430/17, DATADO DE 22/09/2017 – LAURIE MARQUES E MARC ANDRÉ FERREIRA VINDEIRINHO
14. REQ. N. 2050/17, DATADO DE 30/11/2017 – PC N.º 180/17, DATADO DE 05/05/2017 – CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO
15. REQ. N. 2126/17, DATADO DE 13/12/2017 – PC N.º 127/17, DATADO DE 10/04/2017 – PAULO RENATO VIANA ALMEIDA E LUISA MARIA DINIS BENFICA CASTELA ALMEIDA
16. REQ. N. 2093/17, DATADO DE 07/12/2017 – PC N.º 333/17, DATADO DE 26/07/2017 – MARIA LUCILIA SILVA PEREIRA GOUVEIA, MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA E JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA
17. REQ. N. 2083/17, DATADO DE 06/12/2017 – PC N.º 545/17, DATADO DE 06/12/2017 – FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA
18. REQ. N. 2084/17, DATADO DE 06/12/2017 – PC N.º 546/17, DATADO DE 06/12/2017 – FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA
19. REQ. N. 2150/17, DATADO DE 18/12/2017 – PC N.º 165/17, DATADO DE 27/04/2017 – ÉLIO DOS SANTOS FERREIRA, YVONNE TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA E CARLOS EDGAR TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA
20. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

21. **AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**
22. **RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A EXPROPRIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA ESTACIONAMENTO E ARRUAMENTO PÚBLICOS NA AVENIDA VICTOR GALLO. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR VIA DE DIREITO PRIVADO.**
23. **RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A EXPROPRIAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM VISTA À EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO REPOUSO - 2.ª FASE. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR VIA DE DIREITO PRIVADO.**
24. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - QUEDA EM RAMPA DE ACESSO À PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO RODRIGUES - ENVIO À SEGURADORA DO MUNICÍPIO - INDEFERIMENTO FINAL**
25. **RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: ISABEL MARIA COELHO MARQUES - AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - DECISÃO FINAL**
26. **INSTALAÇÃO DE CRECHE PARA 84 CRIANÇAS NO EDIFÍCIO DA IVIMA - CONCURSO PÚBLICO N.º 17/2017. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.**
27. **"REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017" - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS.**
28. **"REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOÍNHA VELHA" - CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2017 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS**
29. **REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA/RUA DA ALMOÍNHA VELHA - MOITA - CEDÊNCIA DE 8,80M² DE TERRENO DA Sr.ª MARIA ALICE - RETIFICAÇÃO**
30. **REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA OFICINA DA MÚSICA" - CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2016 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.**
31. **REDE DE ABASTECIMENTO EM ALTA - SÃO PEDRO DE MOEL - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES - CONCURSO PÚBLICO N.º 31/2017 - ADJUDICAÇÃO**
32. **DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA EB PROF. FRANCISCO VERÍSSIMO.**
33. **AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO NA RUA AUGUSTO COSTA, N.º 6, PEDRULHEIRA - MARINHA GRANDE, PROPRIEDADE DE ROSALINA COUTINHO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE (NIF 702482234).**
34. **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE - ANO LETIVO 2017/2018 - REVOGAÇÃO.**

35. **35-A - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – SETEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018. REVOGAÇÃO.**
35-B - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – FEVEREIRO A JUNHO DE 2018. REVOGAÇÃO.
36. **P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO.**
37. **P.A. N.º 109/2017-AP/DFTI - P.A. N.º 109/2017-AP/DFTI – “CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2018”. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS.**
38. **P.A. N.º 113/2017-AP/DISU – “AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS” – AUDIÊNCIA PRÉVIA.**
39. **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AOS REFEITÓRIOS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E POENTE – ANO LETIVO 2017/2018.**
40. **REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.**
41. **REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE – CONCURSO PÚBLICO N.º 30/2017. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.**
42. **PEDIDO DE CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS - CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE**
43. **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2018 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS**
44. **DESISTÊNCIA DE CANDIDATURA DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE PARA REALIZAÇÃO DO TORNEIO DE XADREZ MEMORIAL JOSÉ VAREDA EM 2016**
45. **RESOLUÇÃO CONTRATUAL PELA INEXECUÇÃO VOLUNTÁRIA DA OBRIGAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA 8.º EDIÇÃO DA PROVA DE BTT OBJETO DE APOIO/PATROCÍNIO DESPORTIVO - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO - CONTRATO PROGRAMA DE PATROCÍNIO DESPORTIVO N.º DCD 2017/16**
46. **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE - ANO LETIVO 2016/2017 - 2ª FASE**
47. **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE - ANO LETIVO 2016/2017 - 2ª FASE**

48. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA - ANO LETIVO 2016/2017 - 2ª FASE
49. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE - ANO LETIVO 2017/2018 - 1ª FASE
50. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE - ANO LETIVO 2017/2018 - 1ª FASE
51. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA - ANO LETIVO 2017/2018 - 1ª FASE
52. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2017/2018
53. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2017/2018
54. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2017/2018
55. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO PARA REALIZAÇÃO DE UM TORNEIO ABERTO EM TÊNIS DE MESA
56. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE
57. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”
58. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA
59. INFORMAÇÃO SOBRE O PONTO DE SITUAÇÃO DE PROCESSOS DE CANDIDATURA/PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PENDENTES NO FINAL DO ANO DE 2016.

60. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – SPORTING CLUB MARINHENSE
61. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE
62. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE E APROVAÇÃO DO CONTRATO- PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
63. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
64. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – SPORT LISBOA E MARINHA
65. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – CLUBE DESPORTIVO MOITENSE
66. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE
67. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se o seguinte munícipe:

1 - Sr. Luís Manuel Santos Silvestre, residente na Rua D. Fernando I, nº 7 - S. Pedro de Moel, que abordou os assuntos que constam da intervenção escrita que se passa a reproduzir na íntegra:

*“Em primeiro lugar, Saúdo a Srª. Presidente de Câmara, bem como todos os Eleitos do Município da Marinha Grande, agradecendo a Aprovação por unanimidade do Regulamento que me permite **intervir Aqui**, enquanto Cidadão!*

Como **Munícipe da Marinha Grande**, amante destas terras desde 1967 e residente eleitor há mais de 5 anos, portanto votante em dois mandatos autárquicos, agradeço-vos os 5 minutos da V/ atenção, bem como a de todos os presentes;

Sinto-me na minha consciência com **muita legitimidade** em dizer o que vou dizer, uma vez que fiz nas últimas eleições um voto tripartido e curiosamente distribuído pelas 3 forças políticas aqui presentes;

Estou francamente empenhado em **exercer a minha Cidadania** duma forma muito mais interventiva quer no Município, quer na Freguesia, mas nunca no plano de qualquer interesse individualista e, ou, de sectarismo político/ partidário mas sim numa perspetiva do Interesse Coletivo da (s) Comunidades Concelhias.

Vou abordar **5 matérias** que muito gostaria de ver debatidas passo a passo, ao longo do V/mandato e para as quais, deveria haver muita clareza no posicionamento da Srª. Presidente e todos os Senhores Vereadores, independentemente das forças políticas que representam:

1 - Futuro do Pinhal do Rei no curto, médio e longo prazo; (Não Esquecer Jamais no Futuro que 2/3 do Território do Concelho são o PINHAL);

- a) - Articulação com os Ministérios da Administração Interna e da Agricultura;
- b) - Articulação com o ICNF - consequências da desarticulação no passado e responsabilidades no esvaziamento das estruturas locais;
- c) - Clarificação na definição da articulação permanente no curto, médio e longo prazo com este Instituto, ou com qualquer outro, resultante de alterações orgânicas que sejam desenhadas no plano da Administração Central;
- d) - Esta matéria tem de ter um Plano Estruturado, de envolvimento de todos os Municípios e de todas as forças/personalidades Locais, com Conhecimento e Interesse em toda a História e Papel do Pinhal e sua ligação à História da própria Marinha Grande!
- e) - Articulação com os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande... (clarificação das competências). Campanha de novos Associados!

2 - Associativismo Local/CIDADANIA...

Inventário Público...Nº. de Instituições existentes activas e não activas..., apoiadas e não apoiadas...nº. de Associados registados!

Como Mobilizar os Municípios em torno de uma Estratégia Colectiva...? Massa Crítica para Melhorar a Vida Colectiva dos Marinhenses e Seu Sentimento de Pertença?

3 - Potenciação da Atracção Turística do Território Concelhio;

Que Plano para os 4 anos... (2017-2021)?

Mais-valias Integradas de Vieira de Leiria / São Pedro de Moel / Água de Madeiros

As Piscinas de São Pedro de Moel (uma nódoa para o Imaginário de várias gerações de amantes de São Pedro)

4 - Quais São Afinal a "meia dúzia" de Prioridades que o EXECUTIVO ELEITO define, como Prioridades nestes 4 anos?

Qual o papel atribuído a cada Vereador, enquanto responsável POLITICO, prioridade a prioridade?

5- Por último...uma matéria muito mais local...dentro da Freguesia da Marinha Grande, mais propriamente em São Pedro de Moel,-----Saneamento Básico... (1º. Quadro Comunitário de Apoio)...

Muito Obrigado pela V/ atenção e Votos de uma excelente continuação de Festas Felizes, com Novo Ano segundo as V/ melhores expectativas!

APELO FINAL: *Muito ambiciono que todos os Vereadores tenham pelouros e responsabilidades atribuídas! (o que parece não acontecer de momento)*

Se 7 pessoas para tantos desafios, são poucas....Só 3, nem qualifico...mesmo que sejam Pessoas de Alto Potencial!"

Em resposta, a Sr.ª Presidente referiu o seguinte:

O Sr. Luís Silvestre não fez perguntas, expôs a sua opinião, que é consensual com o que o executivo está a fazer. Preza a sua participação ativa. O programa com que se candidatou teve também em conta o estudo do Professor Augusto Mateus e o PTE-D – Pacto Territorial para o Emprego e Desenvolvimento, e é com essas preocupações que aqui estão a exercer o mandato para que foram eleitos, dedicando-se à causa pública e aos interesses do concelho.

Sobre o saneamento básico em S. Pedro de Moel, disse que é também preocupação do executivo, e é uma das áreas a priorizar para o próximo ano, contemplada no orçamento para 2018. O concelho da Marinha Grande está coberto a 90% pela rede de saneamento, o que não impede que não haja preocupação nesta área. A CMMG não se pode candidatar a fundos nesta área, porque uma das premissas para tal era aumentar o preço da água, e o Município não o quis fazer.

Potenciação turística para os 4 anos – havia um programa para tal, que incluía a mata, mas infelizmente agora só restam as praias.

A piscina é um empreendimento privado. A Câmara já conseguiu fazer aprovar o alargamento da faixa do domínio público marítimo, agora tem que se ver o que poderá vir a ser feito.

Comissão "O Pinhal é nosso" – é uma iniciativa de cidadãos, que foi recebida pelo Secretário de Estado da Agricultura e que tem um representante a fazer a articulação.

Referiu que acolhe o que o Sr. Luís Silvestre acabou de expor, dizendo-lhe que fique tranquilo porque a CMMG está atenta às preocupações que manifestou.

Tomou nota das sugestões que apontou para o associativismo em termos de divulgação no site.

O Sr. Vereador Carlos Caetano pediu ao Sr. Luís Silvestre mais elementos sobre a questão do mau cheiro proveniente do saneamento em S. Pedro de Moel.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente a Sr.^a Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, a quem endereçou os seus votos de Boas Festas, e referiu o seguinte sobre a intervenção do munícipe:

Hoje trazia uma intervenção muito ligeira, atendendo à quadra festiva que se atravessa, no entanto tem que comentar a intervenção do Sr. Luís Silvestre.

Agradeceu a sua presença e o exercício da cidadania, e referiu que hoje leva daqui algumas respostas, mas algumas não são verdade. Os documentos que enunciou nunca foram aqui discutidos – carta do Professor Augusto Mateus e PTE-D, e também nunca os Vereadores foram convocados para qualquer reunião, à exceção de uma convocatória para uma reunião às 15:00 horas enviada às 14:30 horas. Como não está na Câmara em permanência não pode estar presente. Para o turismo não há uma estratégia. Espera que o Sr. Luís Silvestre venha mais vezes à reunião pública porque lhe agrada que estes assuntos sejam discutidos mais vezes.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

- *No site da Câmara, está publicado o regimento da Câmara. No nr. 7. Art. 4º está dito que “As reuniões de câmara são objeto de gravação áudio e vídeo e transmitidas em live streaming.” Questionei qual o motivo por que as reuniões não estão a ser transmitidas em live streaming.*
- *No site da Câmara estão os contactos do executivo, distribuídos pelo gabinete da presidente e dos vereadores. No entanto só estão dois vereadores. Questionei se se confirma a informação que foi dada a terceiros de que a Câmara não tem mais vereadores. Foram-me pedidos dados respeitantes à minha atividade privada e pública. Enviei-os há meses, para que servissem?*
- *Na Rotunda do Vidreiro passaram a estar carros estacionados em cima do passeio. Há autorização da Câmara?”*

A Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes e partilhou os desejos de Boas Festas já expressos.

Tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Não estou confortável em decidir 11 pontos (55-66 pontos). Referi que é a última vez que vou votar assuntos sobre os quais não recebi qualquer informação, muito menos atempadamente. Numa futura circunstância eu não vou votar sobre estes pontos. Isto não é aceitável.”

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes, desejou Boas Festas e colocou as seguintes questões:

- Ainda se vai realizar a reunião de Câmara sobre os incêndios? Ainda faz sentido?
- Vai haver calendário das reuniões para 2018?
- Protocolo de apoio ao voluntariado com os Bombeiros – qual o ponto de situação, tendo em conta que ainda não veio à reunião e deveria entrar em vigor no início do ano?
- Revisão dos contratos-programa com as coletividades – para quando?
- Qual o ponto de situação dos Acordos com as Juntas de Freguesia, dado que deveriam entrar em vigor no início do ano?

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, e referiu o seguinte:

- Agradeceu a intervenção do Sr. Luís Silvestre, a quem pediu que a envie na íntegra para que fique em ata.
Foca aspetos importantes, designadamente sobre o Pinhal do Rei, e nessa sequência pediu resposta da Sr.ª Presidente ao seu e-mail, onde questiona o papel da autarquia na ação do GIP's no Ribeiro de S. Pedro, porque segundo o e-mail a Câmara não teria qualquer ação, seria do ICNF, embora tivesse pedido à Sr.ª Presidente para que a Câmara interviesse. Considera que a autarquia deve intervir sempre ativamente em todas as ações que forem intentadas na mata. Acha mal que a autarquia não se envolva logo desde o início, por isso sugeriu, em 18/12/2017, que a Sr.ª Presidente enviasse um e-mail ao ICNF, a dar conta desta necessidade de participação de dois técnicos da Câmara e dois técnicos da comissão popular em todas as ações.
Seguidamente leu o e-mail que enviou à Sr.ª Presidente.
- Sobre este assunto colocou ainda a seguinte questão: porque foram trancadas todas as estradas de acesso à mata e qual o critério utilizado? Será que o ICNF conseguiu finalmente colocar as denominadas “tranquetas”? Porque há riscos em algumas vias e noutras não? Entende que a CMMG deve falar ao mesmo nível, porque o ICNF vem intervir no nosso território.
- Livestreaming: é preciso cumprir o Regimento.
- Perguntou à Sr.ª Presidente: porque não vem agendado o seu pedido do voluntariado para os Bombeiros? É uma ação urgente a tomar, o próprio Comandante vem apelando desde janeiro de 2016 para a criação de medidas para incentivar o voluntariado. Com o incêndio de outubro notou-se essa falta de meios humanos.
Há três reuniões atrás pediu para agendar as suas propostas, com medidas de incentivo ao voluntariado para os Bombeiros. Como não foram agendadas pede que na próxima agenda seja incluído este assunto, que considera extremamente importante.

Seguidamente a Sr.ª Presidente respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

Em resposta ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse:

- O Sr. Vereador Aurélio diz que desconhece a carta estratégica, mas deve-se recordar que houve aqui uma reunião para apresentação pública desse documento, que foi publicitado também no site da Câmara e partilhado por todos.
- Sobre a estratégia para o turismo lembrou que o orçamento foi feito por todos os Vereadores, e o combinado foi trazer uma proposta base, em aberto, que foi participada e partilhada por todos, com os compromissos que já estavam assumidos anteriormente, e por isso entende que ele colheu a participação de todos.
- Livestreaming – tem a informação de que não há ainda condições para o fazer, porque só existe a câmara de gravação das reuniões. Vai recolher mais informações para saber quando pode ser posto em prática.
- Vai também ver a questão da disponibilização dos dados dos Vereadores.
- Estacionamento na Praça do Vidreiro – também vai colher mais informações. O que sabe é que o espaço será particular, embora vá confirmar com os serviços.

Em resposta à Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro disse:

- Tal como a Sr.ª Vereadora, também não se sente bem com o facto de não ter as informações disponíveis, mas tem vindo a tentar que todos os clubes façam chegar todos os documentos para regularizar o pagamento de subsídios até ao final do ano. Deu-se tempo para tal, mas nem todos o fizeram. Foi feito ainda um último esforço, mas infelizmente ainda não foi cumprido por todos. Identifica-se com o desconforto da Sr.ª Vereadora, mas vai haver pontos que terão de ser retirados da agenda.

Em resposta à Sr.ª Vereadora Lara Lino informou:

- O calendário das reuniões para 2018 está feito e será entregue durante esta reunião.
- Sobre o protocolo de voluntariado, o que sabe, e que impediu que se agendasse, era a necessidade de alterar o regulamento das taxas. Vai pedir para vir à próxima reunião, e se não for possível, que informem porque não pode.
- A revisão dos contratos-programa tem a ver com a alteração ao regulamento dos apoios, que está para breve, e que será partilhado com todos brevemente, marcando-se até uma reunião de trabalho para esse efeito.
- Protocolo com as Juntas – têm seis meses para serem alterados, e não havendo qualquer problema vigoram tal como estão. Esta é a informação jurídica de que dispõem, e por isso estão assegurados desta maneira.

Em resposta à Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse:

- Faz sentido a sua proposta de anexar a intervenção do munícipe à ata, e por isso no intervalo vai-lhe pedir para a enviar.
- Resposta ao seu e-mail – deu a informação que tinha, de que o ICNF ia intervir na zona nos dias 20, 21 e 22. Depois falou ao telefone com a Sr.ª Vereadora Alexandra, e na sequência ela enviou-lhe o e-mail. Contactou logo os serviços da Câmara para que estivessem presentes nessa intervenção, e deu conta disso ao ICNF. Ligou também ao Eng.º Ricardo Vicente, e ficou a saber que o ICNF teria tido uma reunião com a Comissão “O Pinhal é nosso” para programar essa intervenção, e eles teriam levantado uma série de questões relacionadas com a segurança das pessoas que ali pudessem vir a intervir, pelo que o ICNF teria decidido fazer a intervenção sem a participação dos elementos da Comissão. Foi por isto que não deu a resposta por escrito à Sr.ª Vereadora e que lhe está a responder agora.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que o Eng.º Ricardo Vicente não representa a Comissão, e que esta tem muitos mais técnicos.

- Estradas trancadas – verificou-se que havia estradas prioritárias para o corte de árvores e essas foram priorizadas (Vieira/Marinha, Marinha/S.Pedro e estrada das árvores). A Informação do ICNF é de que foram estas as faixas para as quais lançaram logo a hasta pública para o corte e venda das árvores. Depois foram fechadas todas as que representassem perigo para a circulação, e à medida que as árvores fossem cortadas as estradas seriam abertas.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** protestou porque não tem essa opinião.

Seguiu-se uma troca de palavras sobre o assunto entre a **Sr.ª Presidente**, a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, que disse querer falar, olhos nos olhos, com os representantes do ICNF.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** quer que a **Sr.ª Presidente** seja mais interventiva e que questione mais.

A **Sr.ª Presidente** disse que estão todos do mesmo lado.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** acha que não, porque os Vereadores nunca foram chamados para qualquer reunião com representantes do Governo e do ICNF. Entende que devem cortar primeiro as árvores e abrir as estradas à população. O que o ICNF diz não é verdade, porque já havia árvores marcadas antes do incêndio, e nessa zona (Ponte Nova) não houve incêndio.

Todos os **Srs. Vereadores** se manifestaram disponíveis para ajudar a **Sr.ª Presidente** a dialogar com o ICNF.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir novamente.

Referiu que no dia 01/10/2015 houve uma reunião da Câmara, onde foi dito que havia uma reunião à tarde, de apresentação do PEDU, e que foi feita, pelo Dr. Paulo Madruga.

Nessa reunião os Vereadores perguntaram se iam discutir o programa, que era estruturante para o concelho, e o técnico disse que não, que a candidatura já estava entregue, admitindo até que se estava a fazer tudo ao contrário. E souberam também nessa reunião que já tinha sido adjudicada a Carta Estratégica do Professor Augusto Mateus, sem que tenha sido feito no órgão Câmara, com o argumento de que não tinha de ser.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntaram qual o ponto de situação das obras do OP de 2016 na EB do Pilado.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que o empreiteiro está atrasado.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** leu o e-mail que lhe foi enviado por um pai, que está preocupado e pede que seja cumprido o prazo de 31/12/2017.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que a grande dúvida é saber se será a mesma empresa a concluir a obra. Informou que o que falta são as portas e que já se reuniu com os representantes da empresa, porque caso se renuncie ainda se prolongam mais as obras.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 15:55 horas às 16:15 horas.

Quando a reunião foi retomada, a **Sr.ª Presidente** chamou todos os **Srs. Vereadores** ao seu gabinete, para uma reunião privada, que decorreu das 16:15 horas às 17:20 horas.

Às 17:20 horas foi retomada a ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 31, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Retirado da ordem do dia.

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 32, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Retirado da ordem do dia.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 33, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Retirado da ordem do dia.

4 - REQ. N. 1995/17, DATADO DE 22/11/2017 – PC N.º 207/17, DATADO DE 19/05/2017 – CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO

1192 - Presentes requerimentos n.º 861/17, n.º 1304/17 e n.º 1995/17, registados em 2017/05/19, em 2017/07/24 e em 2017/11/22, respetivamente, do processo camarário n.º 207/17, registado em 2017/05/19, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de edifício destinado a garagem e arrumo**, no prédio urbano situado na Rua António Maria da Silva, n.º 36, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20216-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13277, apresentado por **CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO**, com o NIF 169769933, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 38, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/10/24 e de 2017/12/06, estando a componente arquitetura em condições de ser aprovada.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 207/17, registado em 2017/05/19, referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de edifício destinado a garagem e arrumo, no prédio urbano situado na Rua António Maria da Silva, n.º 36, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20216-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13277, apresentado por CARLOS MANUEL HENRIQUES CRISTÓVÃO, com o NIF 169769933, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 38, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Delibera ainda informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5 - REQ. N. 1430/17, DATADO DE 11/08/2017 – PC N.º 369/17, DATADO DE 11/08/2017 – IMARJOSIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS LDA

1193 - Presente pedido com o registo n.º 1430/17, datado de 11/08/2017, relativo a licenciamento de um edifício de apoio agrícola, a construir no terreno sito na rua de Oeiras, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19966 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19798, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 369/17, com data de entrada de 11/08/2017, apresentado por **IMARJOSIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS LDA**, com o NIPC 504038079, com sede em Bidoeira de Cima, Leiria, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 6/12/2017, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de um edifício de apoio agrícola, a construir num terreno sito na rua de Oeiras, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19966 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19798, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 369/17, com data de entrada de 11/08/2017, apresentado por IMARJOSIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS LDA, com o NIPC 504038079, com sede em Bidoeira de Cima, Leiria.

Delibera igualmente informar que o deferimento do presente processo se encontra condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6 - REQ. N. 1445/17, DATADO DE 17/08/2017 – PC N.º 374/17, DATADO DE 17/08/2017 – JOSE FILIPE SILVA OLIVEIRA

1194 - Presente pedido com o registo n.º 1445/17, datado de 17/08/2017, relativo a **legalização de ampliações efetuadas e licenciamento de ampliações pretendidas num edifício destinado a serviços (restauração e bebidas) e habitação**, sito no n.º 91 da estrada do Guilherme, Comeira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11809 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12915, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 374/17, com data de entrada de 17/08/2017, apresentado por **JOSE FILIPE SILVA**

OLIVEIRA, com o NIF 128 139 943, residente no mesmo local, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 20/12/2017, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido:

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliações efetuadas e licenciamento de ampliações pretendidas num edifício destinado a serviços (restauração e bebidas) e habitação, sito no n.º 91 da estrada do Guilherme, Comeira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11809 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12915, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 374/17, com data de entrada de 17/08/2017, apresentado por JOSE FILIPE SILVA OLIVEIRA, com o NIF 128 139 943, residente no mesmo local, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se virem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Delibera, igualmente, informar o requerente que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 24º do regulamento municipal da edificação e urbanização do município da Marinha Grande, a presente operação urbanística é considerada como uma operação de impacto urbanístico relevante, sendo devidas à Autarquia as taxas e cedências decorrentes da mesma, nos termos do mesmo regulamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7 - REQ. N. 1896/17, DATADO DE 06/11/2017 – PC N.º 406/17, DATADO DE 05/09/2017 – RAFAEL CALADO

1195 - Presente requerimento n.º 1896/17, datado de 2017/11/06, constante do processo camarário n.º 406/17, subscrito por **RAFAEL CALADO**, com o NIF 177565365, com morada em rua Vila Real de Santo António, n.º 40, r/c - esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “**Construção de um muro de vedação**”, incidente sobre um prédio misto, sito na rua da Mata Real, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20358 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2786 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8440, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/11/16 e 2017/11/21, referentes, respetivamente, ao projeto de arquitetura e ao alinhamento do referido muro de vedação.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um muro de vedação*”, incidente sobre um prédio misto, sito na rua da Mata Real, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20358 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2786 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8440, com o número de processo 406/17, com data de entrada em 2017/09/05, apresentado por RAFAEL CALADO, com o NIF 177565365, com domicílio fiscal em rua Vila Real de Santo António, n.º 40, r/c - esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8 - REQ. N. 1636/17, DATADO DE 19/09/2017 – PC N.º 510/15, DATADO DE 30/12/2015 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA

1196 - Presente pedido com o registo n.º 1636/17, datado de 19/09/2017, referente a **alterações efetuadas em obra**, no âmbito do n.º 1 do artigo 83º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), relativas à construção de um **edifício destinado a indústria**, em execução no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12304 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1142, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 510/15, com data de entrada de 30/12/2015, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504 583 875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo alvará de licença de construção, com o n.º 66/16, foi emitido a 11/11/2016;

Presente informação técnica, datada de 15/12/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento referente a **alterações efetuadas em obra**, no âmbito do n.º 1 do artigo 83º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), relativas à construção de um edifício destinado a indústria, em execução no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12304 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1142, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 510/15, com data de entrada de 30/12/2015, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504 583 875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo alvará de licença de construção, com o n.º 66/16, foi emitido a 11/11/2016;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o averbamento ao alvará de obras de construção, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original do mesmo.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9 - REQ. N. 2030/17, DATADO DE 28/11/2017 – PC N.º 38/17, DATADO DE 06/02/2017 – CARLOS DOMINGUES CORDEIRO

1197 - Presente pedido com o registo n.º 2030/17, datado de 28/11/2017, relativo ao **licenciamento de um edifício destinado a comércio**, no prédio sito no n.º 78 da avenida José Gregório, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20196 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20090-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/17, com data de entrada de 06/02/2017, apresentado por **CARLOS DOMINGUES CORDEIRO**, com o NIF 177 755 458, residente na rua Carreira da Vila, n.º 80, Moita Roda, freguesia de Souto da Carpalhosa e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 07/06/2017;

Presente informação técnica, datada de 14/12/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidades em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 19/12/2017, que atesta encontrar-se o processo de licenciamento em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo ao licenciamento de um edifício destinado a comércio, no prédio sito no n.º 78 da avenida José Gregório, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20196 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20090-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/17, com data de entrada de 06/02/2017, apresentado por CARLOS DOMINGUES CORDEIRO, com o NIF 177 755 458, residente na rua Carreira da Vila, n.º 80, Moita Roda, freguesia de Souto da Carpalhosa e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10 - REQ. N. 2063/17, DATADO DE 04/12/2017 – PC N.º 267/17, DATADO DE 29/06/2017 – JOSÉ ALFREDO NEVES MONTEIRO

1198 - Presente pedido com o registo n.º 2063/17, datado de 4/12/2017, relativo a **legalização de alterações efetuadas em moradia existente e de construção de anexo**, existentes na rua das Figueiras, n.º 8, Cruzes, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20313 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5596, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 267/17, com data de entrada de 29/06/2017, apresentado por **JOSÉ ALFREDO NEVES MONTEIRO**, com o NIF 124542298, residente na Rua do Moinho do Pinto, n.º 2, Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes informações técnicas, datadas de 13/09/2017 e de 6/12/2017, que atestam encontrar-se o processo apresentado em condições de ser aprovado.

Presente informação técnica, datada de 12/12/2017, que atesta a conformidade do alinhamento do muro existente com as normas aplicáveis.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações efetuadas em moradia existente e de construção de anexo**, existentes na rua das Figueiras, n.º 8, Cruzes, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20313 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5596, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 267/17, com data de entrada de 29/06/2017, apresentado por **JOSÉ ALFREDO NEVES MONTEIRO**, com o NIF 124542298, residente na Rua do Moinho do Pinto, n.º 2, Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**11 - REQ. N. 2105/17, DATADO DE 11/12/2017 – PC N.º 292/17, DATADO DE 10/07/2017 –
NOMINALPLÁS LDA**

1199 - Presente pedido com o registo n.º 2105/17, datado de 11/12/2017, relativo a **licenciamento de ampliação e legalização de uma unidade industrial** sita na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19805, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19725, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 292/17, com data de entrada de 10/07/2017, apresentado por **NOMINALPLÁS LDA**, com o NIF 510 161 715, com sede na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação de Câmara datada de 22/09/2017;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 487/15, apresentado a 23/12/2015, que obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 15/12/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 20/12/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidades em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 20/12/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a licenciamento de ampliação e legalização de uma unidade industrial sita na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19805, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19725, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 292/17, com data de entrada de 10/07/2017, apresentado por NOMINALPLÁS LDA, com o NIF 510 161 715, com sede na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12 - REQ. N. 2172/17, DATADO DE 20/12/2017 – PC N.º 523/17, DATADO DE 23/11/2017 – MÁRIO CARVALHEIRO DA CRUZ E MARIA CRISTINA GUERRA LUÍS CRUZ

1200 - Presentes requerimentos n.º 2001/17 e n.º 2172/17, registados em 2017/11/23 e em 2017/12/20, respetivamente, subscrito por **MÁRIO CARVALHEIRO DA CRUZ**, com o NIF 165567767 e por **MARIA CRISTINA GUERRA LUÍS CRUZ**, com o NIF 141263369, ambos residentes na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, constantes do processo camarário n.º 523/17, referente ao pedido de **emissão de certidão comprovativa dos requisitos de destaque** de parcela com área de 456,80 m2, do prédio urbano com área total de 1225,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1012, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16371, confinante a sul com a Rua dos Lenhadores, no lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presentes pareceres técnicos datado de 2017/12/12 e de 2017/12/20, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 456,80 m2, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2017/12/12 e de 2017/12/20, a Câmara Municipal delibera MANDAR EMITIR a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 456,80 m2, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio urbano com área total de 1225,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1012, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16371, confinante a sul com a Rua dos Lenhadores, no lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar no perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque confrontarem com arruamento público - Rua dos Lenhadores. As duas parcelas resultantes do destaque apresentam-se vinculadas ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado Urbano da Marinha Grande, inserindo-se na Restante Área Urbana, pelo n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, nas seguintes condições:

- Na Parcela a Destacar com 456,80 m2, nela poderá ser erigida construção com até 1 fogo de habitação, 274,08 m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 3 pisos ou 9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;

- Na Parcela Sobrante com 768,20 m2, nela poderá ser erigida construção com até 2 fogos de habitação, 460,92 m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 3 pisos ou 9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13 - REQ. N. 2045/17, DATADO DE 29/11/2017 – PC N.º 430/17, DATADO DE 22/09/2017 – LAURIE MARQUES E MARC ANDRÉ FERREIRA VINDEIRINHO

1201 - Presentes requerimentos n.º 1661/17 e n.º 2045/17, registados em 2017/09/22 e 2017/11/29, respetivamente, do processo camarário n.º 430/17, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração do edifício com dois fogos de habitação existente, passando este a constituir uma moradia T3 com dois pisos, obra de ampliação do edifício, obra de construção de anexo destinado a garagem e, integrado no procedimento de licenciamento, a obra de demolição de um telheiro existente no prédio urbano sito na Rua Natália Correia, n.º 22, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6634, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18297, apresentado por **LAURIE MARQUES**, com o NIF 257278168, residente na Rua Natália Correia, n.º 22, Gaeiras, Marinha Grande, e por **MARC ANDRÉ FERREIRA VINDEIRINHO**, com o NIF 231735723, residente na Rua Dr. Luís Pereira da Costa, n.º 71, Monte Redondo, Leiria.

Presente parecer técnico datado de 2017/12/04, que refere que o projeto de arquitetura apresenta-se em desconformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1661/17 e n.º 2045/17, registados em 2017/09/22 e 2017/11/29, respetivamente, do processo camarário n.º 430/17, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração do edifício com dois fogos de habitação, passando este a constituir uma moradia T3 com dois pisos, obra de ampliação do edifício, obra de construção de anexo destinado a garagem e, integrado no procedimento de licenciamento, a obra de demolição de um telheiro existente no prédio urbano sito na Rua Natália Correia, n.º 22, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6634, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18297, apresentado por **LAURIE MARQUES**, com o NIF 257278168, residente na Rua Natália Correia, n.º 22, Gaeiras, Marinha Grande, e por **MARC ANDRÉ FERREIRA VINDEIRINHO**, com o NIF 231735723, residente na Rua Dr. Luís Pereira da Costa, n.º 71, Monte Redondo, Leiria, bem como o parecer técnico de 2017/12/04, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime

Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar normas legais e regulamentar aplicável, nomeadamente:

a) Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, artigo 46º nº 7, quanto à altura (espelho) máxima dos degraus da escada de acesso ao 1º andar da habitação.

b) Regulamento Técnico Contra Incêndio em Edifícios - Portaria n.º 1532/2008, de 29/12, Artigo 65º n.º 1 alínea b), quanto às características das escadas.

c) Decreto-Lei n.º 160/2006 de 08/08, Secção 2.4, Ponto 2.4.3, quanto às características dos degraus da escada, bem como as características técnico-construtivas da plataforma elevatória demonstrativas da adequação ao tipo de escada projetada.

Delibera informar que os elementos apresentados pelo requerimento n.º 2045/17, registado em 2017/11/29, na sequência da notificação em fase de saneamento do processo, não vieram sanar parte das questões comunicadas pelo ofício n.º 1133/17, datado de 2017/11/06, e não conferiram adequada instrução ao processo e adequada representação gráfica do projeto, pelo que:

1- A Memória Descritiva e Justificativa deve ser revista por forma a:

- Completar a descrição das obras projetadas;

- Retificar o valor respeitante à densidade habitacional resultante, demonstrativa do enquadramento da operação requerida ao PDMMG;

- Retificar o valor descrito quanto à cêrcea da construção, em conformidade com as peças gráficas do projeto;

2- O processo deve ser completado com plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos corretamente cotados. As plantas devem ainda assegurar adequada representação gráfica da obra objeto do pedido de licenciamento.

3- A planta de base do Plano de Acessibilidade deve ser compatível com o projeto de arquitetura e vice-versa.

Delibera ainda informar que devem indicar o número do processo camarário referente à construção dos muros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14 - REQ. N. 2050/17, DATADO DE 30/11/2017 – PC N.º 180/17, DATADO DE 05/05/2017 – CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO

1202 - Presente processo camarário n.º 180/17, registado em 2017/05/05, apresentado por **CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO**, com o NIF 152795014, residente na Rua das Acácias n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente a pedido de licenciamento (legalização) **de obra de construção de um muro** erigido no prédio urbano sito na Rua das Acácias n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2079, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5637.

Presente alegações escritas do interessado em sede de audiência prévia, sob a forma de aditamento ao projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 2050/17, registados em 2017/11/30, o qual traduz pedido de licenciamento (legalização) de a obra de alteração e ampliação de moradia, licenciamento (legalização) da obra de construção de dois edifícios(anexos) destinados ao uso complementar da habitação, e licenciamento (legalização) da obra de construção de um muro contíguo ao arruamento.

Presente parecer técnico datado de 2017/12/19, que refere que o projeto de arquitetura não se apresenta apto a ser aprovado.

A Câmara Municipal depois de analisar as alegações escritas - aditamento ao projeto de arquitetura do processo camarário n.º 180/17, apresentado em sede de audiência prévia, por CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO, com o NIF 152795014, residente na Rua das Acácias n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como o parecer técnico, datado de 2017/12/19, que se debruçou sobre o mesmo e considerando que as alterações apresentadas não constituem motivo para alterar o projeto de indeferimento comunicado pelo ofício n.º 671/17, de 2017/06/22, rececionado em 2017/06/26, por o aditamento apresentado pelo requerimento registado sob o n.º 2050/17, em de 2017/11/30, não veio sanar o incumprimento das condições que motivaram o projeto de indeferimento do pedido, delibera:

1- Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, INDEFERIR o pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de muro, por o mesmo violar normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente, a alínea b) do n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, por o muro projetado apresentar altura superior a 0.80m.

2- Informar que o aditamento ao projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 2050/17, registados em 2017/11/30, para além do pedido de licenciamento do muro apresentado pelo requerimento n.º 771/17, registado em 2017/05/05, vem acrescentar ao processo camarário n.º 180/17, pedido de licenciamento (legalização) de a obra de alteração e ampliação de moradia, licenciamento (legalização) da obra de construção de dois edifícios (anexos) destinados ao uso complementar da habitação, de igual modo não se apresenta apto para aprovação por violar normas legais e regulamentares aplicáveis por o mesmo não apresentar os seguintes elementos descritos no n.º 1, n.º 3, n.º 4, n.º 5 alínea a) e c) e n.º 15 alíneas a), d), e), f) (i), (ii), k) e l) da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.

- Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, se for o caso, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas.

- Memória descritiva contendo a área objeto do pedido e enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação;
- Termo de responsabilidade de autores do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e termo de responsabilidade do coordenador dos projetos que ateste a compatibilidade entre os mesmos.
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
- Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos. Inclui telheiros devidamente cotados.
- Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, da cota de soleira e dos acessos ao estacionamento;
- Fotografias do imóvel;
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235//2013, de 24 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15 - REQ. N. 2126/17, DATADO DE 13/12/2017 – PC N.º 127/17, DATADO DE 10/04/2017 – PAULO RENATO VIANA ALMEIDA E LUISA MARIA DINIS BENFICA CASTELA ALMEIDA

1203 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2126/17, datado de 13/12/2017, apresentado por **PAULO RENATO VIANA ALMEIDA**, com o NIF 175546509, com morada em Rua da Esperança, n.º 11, 2ºA, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **LUISA MARIA DINIS BENFICA CASTELA ALMEIDA**, com o NIF 123579562 e morada em Rua Pires de Campos, n.º 71-1, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em TRAVESSA FONTE ELVIRA, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alteração de moradia e licenciamento de obra de demolição de anexo, titulada pelo alvará de obras de legalização e demolição n.º 91/17, emitido em 07/12/2017.

Presente parecer técnico datado de 14/12/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em TRAVESSA FONTE ELVIRA, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de PAULO RENATO VIANA ALMEIDA, com o NIF 175546509, com morada em Rua da Esperança, n.º 11, 2ºA, freguesia e concelho de Marinha Grande, e de LUISA MARIA DINIS

BENFICA CASTELA ALMEIDA, com o NIF 123579562 e morada em Rua Pires de Campos, n.º 71-1, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16 - REQ. N. 2093/17, DATADO DE 07/12/2017 – PC N.º 333/17, DATADO DE 26/07/2017 – MARIA LUCILIA SILVA PEREIRA GOUVEIA, MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA E JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA

1204 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2093/17, datado de 07/12/2017, apresentado por **MARIA LUCILIA SILVA PEREIRA GOUVEIA**, com o NIF 105775231, com morada em Largo da República, n.º 16, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, por **MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA**, com o NIF 129857564 e morada em Travessa José Ascenso Filipe, n.º 13, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, e por **JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA**, com o NIF 214113167 e morada Praça Aniceto do Rosário, n.º 7, 3.º esq.º, freguesia de Penha de França e concelho de Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em RUA DA SERRARIA, N.º 17, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alteração de moradia, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 90/17, emitido em 07/12/2017.

Presente parecer técnico datado de 14/12/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em RUA DA SERRARIA, N.º 17, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARIA LUCILIA SILVA PEREIRA GOUVEIA, com o NIF 105775231, com morada em Largo da República, n.º 16, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, de

MARIA EDUARDA DA SILVA PEREIRA GOUVEIA PARREIRA, com o NIF 129857564 e morada em Travessa José Ascenso Filipe, n.º 13, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, e de JOAQUIM DA SILVA PEREIRA GOUVEIA, com o NIF 214113167 e morada Praça Aniceto do Rosário, n.º 7, 3.º esq.º, freguesia de Penha de França e concelho de Lisboa, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17 - REQ. N. 2083/17, DATADO DE 06/12/2017 – PC N.º 545/17, DATADO DE 06/12/2017 – FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA

1205 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2083/17, datado de 06/12/2017, apresentado por **FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA**, com o NIF 159865468, com morada em Avenida José Gregório, n.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “B” do edifício sito em RUA ALFREDO GÂNDARA, N.º 1, OUTEIRINHOS, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito dos processos n.º 343/95 e n.º 813/05, titulada pelos alvarás de construção n.º 732/95, emitido em 06/10/1995 e n.º 5/13, emitido em 29/01/2013.

Presente parecer técnico datado de 14/12/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito em RUA ALFREDO GÂNDARA, N.º 1, OUTEIRINHOS, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade **FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA**, com o NIF 159865468, com morada em Avenida José Gregório, N.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18 - REQ. N. 2084/17, DATADO DE 06/12/2017 – PC N.º 546/17, DATADO DE 06/12/2017 – FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA

1206 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2083/17, datado de 06/12/2017, apresentado por **FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA**, com o NIF 159865468, com morada em Avenida José Gregório, n.º 165, a solicitar a autorização de utilização para a fração “D” do edifício sito em RUA ALFREDO GÂNDARA, N.º 1, OUTEIRINHOS, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito dos processos n.º 343/95 e n.º 813/05, titulada pelos alvarás de construção n.º 732/95, emitido em 06/10/1995 e n.º 5/13, emitido em 29/01/2013.

Presente parecer técnico datado de 14/12/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “D” do edifício sito em RUA ALFREDO GÂNDARA, N.º 1, OUTEIRINHOS, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA, com o NIF 159865468, com morada em Avenida José Gregório, n.º 165, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19 - REQ. N. 2150/17, DATADO DE 18/12/2017 – PC N.º 165/17, DATADO DE 27/04/2017 – ÉLIO DOS SANTOS FERREIRA, YVONNE TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA E CARLOS EDGAR TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA

1207 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2126/17, datado de 13/12/2017, apresentado por **ÉLIO DOS SANTOS FERREIRA**, com o NIF 186904495, com morada RUA FIRMINO DOMINGUES, N.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, por **YVONNE TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA**, com o NIF 280994117e morada em KOMMERNER STR. 137 B, 53879 EUSKIRCHEN, ALEMANHA, e por **CARLOS EDGAR TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA**, com o NIF 281054789, com morada em NORDSTR. 135, EUSKIRCHEN, ALEMANHA, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em RUA FIRMINO DOMINGUES, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alteração e ampliação de moradia, legalização de alteração e ampliação de anexos e construção de muros de vedação, licenciada no âmbito do processo n.º 165/17 e titulada pelo alvará de licença de legalização, n.º 92/17, emitido em 13/12/2017.

Presente parecer técnico datado de 20/12/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em RUA FIRMINO DOMINGUES, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **ÉLIO DOS SANTOS FERREIRA**, com o NIF 186904495, com morada RUA FIRMINO DOMINGUES, N.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, de **YVONNE TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA**, com o NIF 280994117e morada em KOMMERNER STR. 137 B, 53879 EUSKIRCHEN, ALEMANHA, e de **CARLOS EDGAR TOMÉ DOS SANTOS FERREIRA**, com o NIF 281054789, com morada em NORDSTR. 135, EUSKIRCHEN, ALEMANHA, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

1208 - O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos Festejos de final de ano 2017/2018 a realizar no dia 31 de dezembro de 2017.

Presente a informação nº 88/LS de 18 de dezembro de 2017, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar o Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, do pagamento da taxa devida pela emissão da licença especial de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

1209 - Presente o requerimento:

- Registo de entrada E/9736/2017 datado de 20-10-2017 em que Maria Gracinda Neto Rocha Monteiro Garcia, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 159 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presente a informação nº 10/LS, de 07 de dezembro de 2017, onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Gracinda Neto Rocha Monteiro Garcia, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 159 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Senhoras Vereadoras Alexandra Dengucho e Lara Lino proferiram a seguinte declaração de voto:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*
- É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.

*As vereadoras do PCP
Alexandra Dengucho
Lara Lino”*

22 - RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A EXPROPRIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA ESTACIONAMENTO E ARRUAMENTO PÚBLICOS NA AVENIDA VICTOR GALLO. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR VIA DE DIREITO PRIVADO.

1210 - Presente informação com referência IM/16/2017, a informar que para estacionamento e arruamento públicos, na avenida Victor Gallo, é necessária uma área de 479,70 m2, sendo 209,60 m2 para estacionamento, e 270,10 m2, para arruamento público.

O estacionamento e arruamento públicos, numa via estruturante, assumem inequívoca utilidade pública e incluem-se nas atribuições municipais, constituindo uma causa de utilidade pública que permite a expropriação (artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

A presente expropriação destina-se estritamente à manutenção de uma zona de estacionamento e de arruamento públicos e é adequada e necessária.

Estando em causa estacionamento e arruamento públicos que constituem uma atribuição municipal, de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Sendo admissível o recurso à expropriação de bens imóveis por causa de utilidade pública compreendida nas atribuições da entidade expropriante, como é o caso (artigo 1.º, do Código das Expropriações);

Detendo a Câmara Municipal competência para requerer a declaração de utilidade pública, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Sendo necessário expropriar uma parcela de terreno com uma área total de 479,70 m2 (quatrocentos e setenta e nove vírgula setenta metros quadrados) a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo predial da Marinha Grande sob o n.º 3220/19890110 e com inscrição matricial rústica sob o artigo 9891, sito na freguesia da Marinha Grande, a favor de Armindo Aldeia dos Santos, casado com Maria Alcina da Conceição Santos, e cabeça de casal da herança de Filipe de Aldeia dos Santos, de que são interessados Maria Emília Aldeia dos Santos, Milene Maria dos Santos Aldeia Silva, Lisbety Cristina dos Santos Aldeia Moreira e Rui Roben Felipe dos Santos Aldeia;

Tendo sido realizada a avaliação por perito da lista oficial, de acordo com o artigo 10.º, n.º 4, do Código das Expropriações, a previsão do montante dos encargos a suportar atinge o valor total de 46.954,01 euros;

Considerando que o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, integra a parcela a expropriar no perímetro urbano do aglomerado da Marinha Grande em espaço classificado de Área do Centro, sem quaisquer condicionantes;

A Câmara Municipal delibera requerer a declaração de utilidade pública para a expropriação de parcela de terreno, com uma área total de 479,70 m2 (quatrocentos e setenta e nove vírgula setenta metros quadrados) a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo predial da Marinha Grande sob o n.º 3220/19890110 e com inscrição matricial rústica sob o artigo 9891, sito na freguesia da Marinha Grande, a favor de Armindo Aldeia dos Santos casado com Maria Alcina da Conceição Santos, e cabeça de casal da herança de Filipe de Aldeia dos Santos, de que são interessados Maria Emília Aldeia dos Santos, Milene Maria dos Santos Aldeia Silva, Lisbety Cristina dos Santos Aldeia Moreira e Rui Roben Felipe dos Santos Aldeia; avaliada em 46.954,01 euros (quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e um cêntimo), para estacionamento e arruamento públicos, o que constitui causa de utilidade pública que está integrada nas atribuições municipais, de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos dos artigos 1.º e 10.º, do Código das Expropriações e do artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera ainda propor a aquisição da parcela identificada por via de direito privado, pelo valor antes identificado e constante do relatório elaborado por perito da lista oficial, que se dá por integralmente reproduzido, de acordo com o artigo 11.º, do Código das Expropriações.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23 – RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A EXPROPRIAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM VISTA À EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO REPOUSO - 2.ª FASE. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR VIA DE DIREITO PRIVADO.

1211 - Presente informação com referência CS/25/2017, a informar que para a execução da empreitada de Requalificação da Rua do Repouso - 2.ª Fase são necessárias duas parcelas de terreno, sendo que ambas se destinam a alargamento da faixa de rodagem, construção de uma pista de ciclistas, valetas e taludes de escavação e aterro, nos termos previstos no projeto de execução, com áreas de 269,60 m2 e de 358,50 m2, perfazendo um total de 628,10 m2.

O alargamento da faixa de rodagem, construção de uma pista de ciclistas, valetas e taludes de escavação e aterro, numa via estruturante, assumem inequívoca utilidade pública e incluem-se nas atribuições municipais.

A empreitada em que se integram os trabalhos a executar nas parcelas a expropriar, visa reabilitar uma via com o pavimento bastante degradado, dotando-o de características adequadas à circulação viária, promovendo a segurança rodoviária.

A realização desta obra permite a interligação entre os concelhos da Marinha Grande e de Leiria e aposta no desenvolvimento de percursos cicláveis no território municipal, promovendo a adoção de diferentes modos de mobilidade.

A Requalificação da Rua do Repouso - 2.ª Fase, abrangendo os trabalhos enumerados, integrada nas atribuições municipais, constitui uma causa de utilidade pública que permite a expropriação (artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

A presente expropriação destina-se estritamente à execução do projeto de Requalificação da Rua do Repouso - 2.ª Fase e é adequada e necessária.

Estando em causa a execução do alargamento da faixa de rodagem, construção de uma pista de ciclistas, valetas e taludes de escavação e aterro que constituem uma atribuição municipal, de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Sendo admissível o recurso à expropriação de bens imóveis por causa de utilidade pública compreendida nas atribuições da entidade expropriante, como é o caso (artigo 1.º, do Código das Expropriações);

Detendo a Câmara Municipal competência para requerer a declaração de utilidade pública, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Sendo necessário expropriar duas parcelas de terreno com uma área total de 628,10 m² (seiscentos e vinte oito vírgula dez metros quadrados) a desanexar:

- a) 269,60 m² do prédio omissa na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e com inscrição matricial rústica sob o artigo 10.944, sito na Rua do Repouso, freguesia da Marinha Grande, a favor do Cabeça de Casal da herança de Afonso Manuel Roldão, de quem são herdeiros Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão (parcela 24 A);
- b) 358,50 m² do prédio omissa na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e com inscrição matricial rústica sob o artigo 10.943, sito na Rua do Repouso, freguesia da Marinha Grande, a favor do Cabeça de Casal da herança de Afonso Manuel Roldão, de quem são herdeiros Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão (parcela 24 B);

Tendo sido realizada a avaliação por perito da lista oficial, de acordo com o artigo 10.º, n.º 4, do Código das Expropriações, a previsão do montante dos encargos a suportar atinge o valor total de 1.440,56 euros, sendo 536,54 euros e 904,02 euros, respetivamente, para cada uma das parcelas identificadas no parágrafo antecedente;

Considerando que o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, integra as parcelas a expropriar fora do perímetro urbano, em espaço agro-florestal, sem quaisquer condicionantes;

A Câmara Municipal delibera requerer a declaração de utilidade pública para a expropriação de duas parcelas de terreno, com uma área total de 628,10 m² (seiscentos e vinte oito vírgula dez metros quadrados), a desanexar 269,60 m² do prédio omissa na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e com inscrição matricial rústica sob o artigo 10.944, sito na Rua do Repouso, freguesia da Marinha Grande, a favor do Cabeça de Casal da herança de Afonso Manuel Roldão, de quem são herdeiros Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão (parcela 24 A) e 358,50 m² do prédio omissa na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e com inscrição matricial rústica sob o artigo 10.943, sito na Rua do Repouso, freguesia da Marinha Grande, a favor do Cabeça de Casal da herança de Afonso Manuel Roldão, de quem são herdeiros Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão (parcela 24 B); avaliadas em 536,54 euros e 904,02 euros, respetivamente, perfazendo um valor total de 1.440,56 euros (mil, quatrocentos e quarenta euros e cinquenta e seis cêntimos), para a execução de alargamento da faixa de rodagem, construção de uma pista de ciclistas, valetas e taludes de escavação e aterro, o que constitui causa de utilidade pública que está integrada nas atribuições municipais, de acordo com o artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos dos artigos 1.º e 10.º, do Código das Expropriações e do artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera ainda propor a aquisição das duas parcelas identificadas por via de direito privado, pelo valor antes identificado e constante do relatório elaborado por perito da lista oficial, que se dá por integralmente reproduzido, de acordo com o artigo 11.º, do Código das Expropriações.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - QUEDA EM RAMPA DE ACESSO À PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO RODRIGUES - ENVIO À SEGURADORA DO MUNICÍPIO - INDEFERIMENTO FINAL

Sobre este ponto, e antes da votação, a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** manifestou a sua opinião sobre o procedimento administrativo e a falta de fundamentação, levantando ainda a questão moral. Por estas razões irá votar contra.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** declarou que se irá abster por não concordar com a informação técnica.

1212 - Presente requerimento apresentado em 31-10-2016, pela requerente Maria de Fátima Figueiredo Rodrigues, titular do NIF 100762379, residente em Rua de Leiria, Edifício Nova Embra, Apart. 62, Lado Poente, 2.º V, Marinha Grande, no qual no qual informa que *“no início de outubro de 2016 tive uma queda na descida de S. Pedro ao lado da Colónia, o qual tive e tenho muitas dores no joelho e pé. Solicito apreciação ao piso no sentido da sua alteração pois no dia em que eu caí, fui informada de que no dia anterior caíram 3 senhoras.”*

Presentes outros três requerimentos apresentados pela requerente, com os quais apresentou vários documentos comprovativos de despesas de saúde e de abastecimento de combustível.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e da DOT-Divisão de Ordenamento do Território, desta Câmara Municipal, sobre os factos relatados pela requerente e sobre a proposta apresentada pela Sr.ª Vereadora, Dr.ª Alexandra Dengucho.

Presente Informação jurídica n.º I/349/2017-FO, de 08-02-2017, na qual se apreciaram os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação, cumulativa, de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de um facto ilícito imputável ao município, o pressuposto da culpa e o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o prejuízo invocado pela requerente.

Em reunião realizada no dia 20-02-2017, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia da requerente, tendo esta sido notificada do teor do projeto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/659/2017, de 24-02-2017, que foi recebido em 10-03-2017.

Presentes alegações apresentadas pela requerente no dia 12-03-2017, por e-mail.

Presente informação jurídica n.º I/1024/2017, de 07-04-2017, na qual se concluiu que nem das alegações da requerente nem dos documentos apresentados inicialmente resultou demonstrada e sustentada prova suficiente e inequívoca da prática de qualquer ato ilícito, por ação ou omissão de deveres de cuidado e de vigilância dos acessos à praia de S. Pedro de Moel, por esta Autarquia, que permitam alterar o sentido da proposta de indeferimento aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 20-02-2017.

Em cumprimento da deliberação tomada em reunião de 20-04-2017, o processo foi remetido à companhia de seguros do Município, tendo em vista o ressarcimento da lesada (via mediadora de seguros MDS-Global Insurance & Risk Consultants).

A Açoreana Seguros, por ofício de 28-06-2017, que enviou à lesada, declinou a responsabilidade do Município nos seguintes termos: “...*após análise de todos os elementos coligidos para instrução do nosso processo, nomeadamente no relatório de vistoria elaborado pela empresa nomeada para o efeito, cumpre-nos informar que a responsabilidade pelo sucedido não pode ser imputável ao Município da Marinha Grande na justa medida em que não há registo de qualquer falha e/ou defeito no local em causa, suscetível de por si só, provocar a queda sofrida por V. Exa.*

Em face do exposto, iremos proceder ao encerramento do referido processo sem que dele resulte qualquer indemnização.”.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da primeira informação n.º I/349/2016-FO, e com a apreciação das alegações efetuada pela informação I/1024/2017-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Maria de Fátima Figueiredo Rodrigues, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município, o pressuposto da culpa e o pressuposto da existência de nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de julho, porquanto não foram violados, por ação ou omissão, quaisquer deveres de cuidado ou normas técnicas de execução daquele pavimento da rampa de acesso à praia, onde ocorreu o evento.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor, 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Lara Lino.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

25 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: ISABEL MARIA COELHO MARQUES – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL

1213 - Presentes requerimentos n.º E/722/2016 e E/8753/2017, de 15 de janeiro de 2016 e 27 de setembro de 2017, respetivamente, apresentados pela requerente Isabel Maria Coelho Marques, nos quais requer indemnização correspondente ao valor de reparação do alegado dano causado num pneu do veículo automóvel com a matrícula 82-AH-08, ao embater num passeio existente na Avenida Vitor Gallo, frente aos C.T.T, freguesia da Marinha Grande, quando circulava com o veículo automóvel a fim de sair do estacionamento de automóveis existente perto da Conservatória;

Presente Participação do Acidente de Viação, elaborada pela P.S.P. – Esquadra da Marinha Grande, de 17.01.2016 e ofício desta Câmara Municipal n.º 1136/2016 através do qual é solicitado à referida autoridade policial o envio da referida Participação Policial;

Presentes 14 imagens emitidas pela Fiscalização Municipal, datadas de 06.04.2016, do local do acidente de viação ocorrido em 12.01.2016;

Presentes Informações da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos;

Presente Informação jurídica n.º 2862/2017, de 10.10.2017, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande;

Presente projeto de indeferimento do pedido, aprovado por unanimidade em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 13.11.2017;

Presente ofício n.º S/4550/2017, de 16.11.2017 enviado à requerente, rececionado por esta em 21.11.2017, através do qual foi notificada do teor do projeto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, bem como da concessão do prazo de 10 dias úteis para dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presente informação jurídica n.º 3417/2017, de 11.12.2017, na qual se conclui que não tendo a requerente apresentado quaisquer alegações e não tendo sido carreados para o procedimento administrativo quaisquer dados novos suscetíveis de alterar o projeto de indeferimento do pedido, mantêm-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 2862/2017, de 10.10.2017.

Nestes termos, concordando com as conclusões constantes na informação jurídica n.º 3417/2017, de 11.12.2017 e mantendo-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes da informação jurídica n.º 2862/2017, de 10.10.2017, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal, concordando com estes, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Isabel Maria Coelho Marques, por não se encontrarem reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o disposto no artigo 7º do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26 - INSTALAÇÃO DE CRECHE PARA 84 CRIANÇAS NO EDIFÍCIO DA IVIMA – CONCURSO PÚBLICO N.º 17/2017. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.

1214 - Presente informação técnica, com a ref.^a AF/02/2017, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas por diversos interessados na fase de formação do contrato e se propõe a aceitação de erros e omissões do projeto e a consequente elevação do preço base para 448.841,21€ (quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um euros e vinte e um cêntimos), no âmbito do concurso público que tem por objeto a “Instalação de creche para 84 crianças no edifício da Ivima”.

Considerando que constitui competência da Câmara Municipal a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto na informação técnica AF/02/2017, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos, aprovar:

- a) os erros e omissões do projeto de execução, nos termos da informação técnica supra citada;
- b) o preço base de 448.841,21€ (quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um euros e vinte e um cêntimos);
- c) a rejeição dos restantes erros e omissões apresentados pelos interessados, nos termos da informação técnica supra citada;
- d) o mapa de quantidades final;
- e) a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas em vinte dias, a contar da publicação, em Diário da República, do respetivo anúncio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27 - REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - MARINHA GRANDE- CONCURSO PÚBLICO Nº 16/2017” – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS.

1215 - Presente para análise Plano de Trabalhos Ajustado da obra de “*Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande*”, apresentada pela firma adjudicatária “VALEIXA - CONSTRUÇÃO CIVIL, L.DA”.

Presente informação técnica com a ref.^a JJ.73.2017, datada de 20/12/2017, através da qual se confirma que plano de trabalhos define com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o esclarecimento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, na unidade de tempo base do programa.

Considerando que cabe ao dono da obra aprovar o plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a JJ.73.2017, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar o plano de trabalhos da empreitada de “*Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande*”, apresentada pela firma adjudicatária “VALEIXA - CONSTRUÇÃO CIVIL, L.DA”, nos termos do disposto no artigo 361º do CCP.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOINHA VELHA” – CONCURSO PÚBLICO Nº 20/2017 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS

1216 - Presente para análise Plano de Trabalhos Ajustado da obra de “*Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoíña Velha*”, apresentada pela firma adjudicatária “CONTEC – Construção e Engenharia, SA”.

Presente informação técnica com a ref.^a LS.38.2017, data de 28/11/2017, através da qual se confirma que plano de trabalhos define com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o esclarecimento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, na unidade de tempo base do programa.

Considerando que cabe ao dono da obra aprovar o plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica ^a LS.38.2017, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar o plano de trabalhos da empreitada de “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoínha Velha”, adjudicada à firma “CONTEC – Construção e Engenharia, SA”, nos termos do disposto no artigo 361º do CCP.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA/RUA DA ALMOÍNHA VELHA – MOITA – CEDÊNCIA DE 8,80M² DE TERRENO DA SR.^a MARIA ALICE - RETIFICAÇÃO

1217 - Através de deliberação de vinte e dois de setembro de dois mil e dezassete foi aprovada a cedência de 8,80m² de terreno propriedade de Maria Alice, NIF 140 491 899, para a requalificação da rua Esquerda/rua da Almoínha Velha.

Porém, no primeiro parágrafo, por lapso, refere-se tratar-se de 42,65m².

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 174.º, do Código do Procedimento Administrativo, retificar a deliberação camarária, de 22 de setembro de 2017, nos seguintes termos:

onde se lê:
“... 42,65m² ...”

deve ler-se:
“... 8,80m² ...”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30 - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA OFICINA DA MÚSICA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2016 – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.

Os **Srs. Vereadores** questionaram sobre a data para conclusão da obra e sobre a celebração do protocolo de utilização com o Tocândar.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que a obra está para ser entregue.

A **Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que, na sua opinião, a utilização do edifício deveria ser concertada com as outras entidades da área.

1218 - Presente informação da DISU, com a ref. LF-14/2017, que propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 1.419,00 € (mil, quatrocentos e dezanove euros), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP.

Os trabalhos em causa, discriminados no mapa anexo, respeitam essencialmente a quantidades de trabalho que não foram utilizadas, nomeadamente aplicação de degraus pré-fabricados de betão nos vãos ve05, ve08 e ve09 e trabalhos das redes de drenagem de águas pluviais e domésticas, por não serem necessárias para completar a obra.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a LF-14/2017, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP, aprovar trabalhos a menos da empreitada de “*Remodelação e Ampliação de Edifício para Oficina da Música*”, adjudicada à firma “*Odraude - Construção Civil e Obras Públicas, L.da*”, no valor de 1.419,00 € (mil, quatrocentos e dezanove euros), que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31 - REDE DE ABASTECIMENTO EM ALTA - SÃO PEDRO DE MOEL - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES – CONCURSO PÚBLICO N.º 31/2017 – ADJUDICAÇÃO

1219 - Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada “Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes”, constituído por relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada ao concorrente DESARFATE - Desaterros de Fátima, Ld.^a, pelo valor de 175.012,77€ (cento e setenta e cinco mil, doze euros e setenta e sete centimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 90 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de fato e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar à proposta apresentada pelo concorrente DESARFATE - Desaterros de Fátima, Ld.^a, pelo valor de 175.012,77€ (cento e setenta e cinco mil, doze euros e setenta e sete centimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 90 dias, a empreitada de “Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes”, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar, de acordo com o artigo 98.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

E delibera ainda designar como directora de fiscalização a eng.^a Sara Vidal, coadjuvada pela eng.^a Edite Moniz dos Santos, nos termos do artigo 344º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32 - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA EB PROF. FRANCISCO VERÍSSIMO

1220 - Presente informação da Área de Património nº I/3475/2017 de 19/12/2017, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de bens adquiridos pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente para a Escola EB Professor Francisco Veríssimo, conforme mapa que se segue:

Descrição do equipamento		Quantidade	Valor (€)	Fatura	Afetação
1	TABLET SAMSUNG GALAXY TAB A 10.1" 16 GB PRETO	3	629,70€	FA 2017/00650	ESCOLA EB PROF. FRANCISCO VERÍSSIMO
2	COLUNAS LOGITECH Z337 2.1 BLUETOOTH PRETAS	1	69,90€		
3	MONITOR TV LG 22 MT48DF-PZTN21.5"FHD	1	139,90€		
4	AUSCULTADORES ZALMAN PRETO ZM-HPS300	1	19,90€		
5	CABO GAMBIRD VGA HDM15M PRETO	1	12.920€		
TOTAL			872.30€		

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que estes equipamentos contribuem para a melhoria das condições de funcionamento do referido Estabelecimento de Ensino, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação dos equipamentos acima identificados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO NA RUA AUGUSTO COSTA, N.º 6 PEDRULHEIRA MARINHA GRANDE, PROPRIEDADE DE ROSALINA COUTINHO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE (NIF 702482234)

1221 - Presente informação do Serviço de Património I/3493/2017 de 21/12/2017, respeitante à aquisição de prédio urbano sito na Rua Augusto Costa, nº 6 Pedrulheira - Marinha Grande, propriedade de Rosalina Coutinho - Cabeça de Casal da Herança de (NIF 702482234), devidamente instruída com caderneta predial do prédio urbano nº 2102, correspondente a casa térrea e pequeno pátio e quintal sita na Rua Augusto Costa nº 6, inscrito a favor de Rosalina Coutinho - Cabeça de Casal da Herança de, com a área total de 294,45 m2 e nota informativa da descrição da Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, nº 15146, correspondente a casa de rés-do-chão para habitação e quintal com a área total de 342,00 m2, existindo uma discrepância de área no total de 47,55 m2, que resulta de cedência para o domínio público e será retificada no âmbito do processo de compra e venda.

Considerando que o prédio se encontra a alienar pela Sociedade de Mediação Imobiliária IMOSONHO, Lda., pelo valor de 20.000,00€.

Considerando a necessidade de beneficiação daquela zona, face à má visibilidade no cruzamento entre a Rua do Lamarão e a Rua Augusto Costa, tratando-se de uma mais valia para o concelho.

Considerando que Câmara Municipal detém competência para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a retribuição mensal mínima garantida (RMMG), de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adquirir o prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande, sob o artigo 2102 a favor de Rosalina Coutinho - Cabeça de Casal da Herança de (NIF 702482234), descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15146, pelo valor total de 20.000,00€.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2017/2018 - REVOGAÇÃO

1222 - Em reunião camarária de 7 de setembro de 2017, foi deliberada a aprovação da celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, para fornecimento de refeições aos alunos da Escola do 1.º ciclo do ensino básico Guilherme Stephens, Escola do 1.º ciclo do ensino básico da Amieirinha e Jardim de Infância da Amieirinha.

Considerando que o protocolo foi assinado no dia 12 de setembro de 2017 e que até à presente data não teve execução financeira.

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que esta informou que o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo e pré escolar seria realizada através de protocolo a celebrar com o Município da Marinha Grande e a DGEstE.

Considerando que os serviços da área de educação, na sequência da comunicação da DGEstE, através da informação I/3428/2017 de 12/12/2017, informaram da necessidade de proceder à revogação do “Protocolo de colaboração: acesso ao refeitório do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente – ano letivo 2017/2018”.

A Câmara Municipal delibera revogar a deliberação tomada a 7 de setembro de 2017 relativa ao “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2017/2018” ao abrigo do artigo 165º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35-A - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – SETEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018. REVOGAÇÃO.

1223 - Em reunião camarária de 7 de setembro de 2017, foi deliberada a aprovação da celebração de Protocolo de Colaboração: acesso ao refeitório do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente – setembro de 2017 a janeiro de 2018, para o fornecimento de

alimentação escolar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas do ensino básico de Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira.

Considerando que o protocolo foi assinado no dia 12 de setembro de 2017 e que até à presente data não teve execução financeira.

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que esta informou que o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo e pré escolar seria realizada através de protocolo a celebrar com o Município da Marinha Grande e a DGEstE.

Considerando que os serviços da área de educação, na sequência da comunicação da DGEstE, através da informação I/3428/2017 de 12/12/2017, informaram da necessidade de proceder à revogação do **“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – SETEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018”**.

A Câmara Municipal delibera revogar a deliberação tomada a 7 de setembro de 2017 relativa ao **“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – SETEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018”** ao abrigo do artigo 165º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35-B - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – FEVEREIRO A JUNHO DE 2018. REVOGAÇÃO.

1224 - Em reunião camarária de 22 de setembro de 2017, foi deliberada a aprovação da celebração de Protocolo de Colaboração: acesso ao refeitório do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente – fevereiro a junho de 2018, para o fornecimento de alimentação escolar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas do ensino básico de Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira.

Considerando que o protocolo foi assinado no dia 27 de setembro de 2017 e que até à presente data não teve execução financeira.

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que esta informou que o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo e pré escolar seria realizada através de protocolo a celebrar com o Município da Marinha Grande e a DGEstE.

Considerando que os serviços da área de educação, na sequência da comunicação da DGEstE, através da informação I/3428/2017 de 12/12/2017, informaram da necessidade de proceder à revogação do **“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – FEVEREIRO A JUNHO DE 2018”**.

A Câmara Municipal delibera revogar a deliberação tomada a 22 de setembro de 2017 relativa ao “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – FEVEREIRO A JUNHO DE 2018” ao abrigo do artigo 165º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36 - P.A. N.º 112/2017-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO.

1225 - Por deliberação camarária de 11/12/2017 foi adjudicado o processo de aquisição nº 112/2017 – AP/DISU – “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”, para o período de 12 meses, à proposta apresentada pelo concorrente PH ENERGIA, LDA, pelo valor total de 1.298.177,13 € (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, cento e setenta e sete euros e treze cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal.

Na sequência da adjudicação, foi a PH ENERGIA, LDA, notificada para proceder à apresentação dos documentos de habilitação e à prestação de caução, tendo os primeiros sido submetidos a 13/12/2017 e a segunda foi comprovada a 18/12/2017 com a apresentação de seguro caução apólice n.º100018611/200, no valor de 64.908,86 euros, nos termos do disposto nas peças do procedimento, a qual se encontra arquivada no processo administrativo.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de contratação, a Câmara Municipal delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37 - P.A. N.º 109/2017-AP/DFTI - P.A. N.º 109/2017-AP/DFTI – “CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2018”. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS.

1226 - Considerando que na sequência do P.A. n.º 109/2017-AP/DFTI, foi celebrado, a 13/12/2017, o contrato n.º 108/2017 para a “Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2018”, com a empresa Willis – Corretores de Seguros, S.A., NIPC 500 188 629, pelo valor global de 173.478,89 Euros (cento e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos), isento de IVA, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Considerando que nos termos da informação n.º I/3473/2017 de 19/12/2017, dos serviços da área de património, o P.A. n.º 109/2017-AP/DFTI, no que respeita à apólice de seguro automóvel, inclui 8 viaturas elétricas, cujo fornecimento estava previsto até 30/11/2017 e que de acordo com a comunicação do adjudicatário as mesmas só serão disponibilizadas pela fábrica em maio de 2018, pelo que não será solicitada pela área de património a inclusão dessas viaturas na apólice de seguro automóvel para o ano 2018.

Considerando que na mesma informação, dos serviços da área de património, consta que foram objeto de abate ao imobilizado, da autarquia, 2 viaturas, por terem sido substituídas por 2 viaturas elétricas.

Considerando que face ao exposto, o prémio total seguro automóvel foi reduzido em 5.495,13 euros.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 109/2017-AP/DFTI com o objecto “Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2018”, no montante de 5.495,13 euros, IVA isento, de acordo com o artigo 379.º, n.º 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38 - P.A. N.º 113/2017-AP/DISU – “AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS” – AUDIÊNCIA PRÉVIA.

1227 - Presente o processo de aquisição n.º 113/2017 – AP/DISU - “Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias eléctricas”, cuja adjudicação foi deliberada em reunião da Câmara Municipal de 27 de novembro de 2017, à proposta apresentada pelo concorrente Autogirar-Sociedade Comercial de Automóveis, Lda, NIPC 500 038 813, no valor de 174.992,00 € (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Considerando que em 28 de novembro de 2017 o adjudicatário foi notificado para apresentar, no prazo de três dias úteis, os documentos de habilitação, identificados no artigo 15.º do Programa de Procedimento.

Considerando que o adjudicatário não procedeu à entrega dos documentos de habilitação no prazo estabelecido no Programa de Procedimento e que é intenção da entidade adjudicante proceder à caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos.

Face ao exposto, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 86º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e nos termos do artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, delibera, que seja concedida audiência prévia ao adjudicatário Autogirar-Sociedade Comercial de Automóveis, Lda e que seja notificado para no prazo de cinco dias se pronunciar, por escrito, sobre o exposto, bem como acionar o mecanismo previsto no Caderno de Encargos quanto ao incumprimento objeto desta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AOS REFEITÓRIOS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E POENTE – ANO LETIVO 2017/2018

1228 - Considerando que se mantém em funcionamento a Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, nas instalações do Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, a funcionar na Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens e que se pretende continuar a aproximar a cantina escolar aos locais onde são desenvolvidas as aulas.

Considerando que desde o ano letivo de 2015/2016, os alunos do jardim-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico da escola da Amieirinha, cujas escolas não possuem cantinas de gestão municipal, utilizam os refeitórios do Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, pois os seus refeitórios têm capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares a estes alunos.

Considerando a ausência de cantinas de gestão municipal para o fornecimento de alimentação escolar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas do ensino básico de Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira e que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente possui refeitórios escolares com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares a estes alunos.

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente e Nascente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que por esse motivo o Município da Marinha Grande tem de estabelecer um protocolo com a DGEstE para fornecimento das refeições aos alunos acima referidos.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Despacho n.º 8452-A/2015 do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, publicado a 31 de julho de 2015, na 2.ª série do Diário da República, o fornecimento de refeições escolares a crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, cuja competência é dos Municípios, pode ser realizada em refeitórios escolares do ensino básico (2.º e/ou 3.º ciclos), mediante a celebração de protocolos entre os agrupamentos, os Municípios e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Considerando que é da competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, assegurar o fornecimento de refeições escolares.

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A Câmara delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e os Agrupamentos de escolas Poente e Nascente e a minuta de protocolo a celebrar entre o Município da Marinha Grande e a DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares).

A presente deliberação produz efeitos para o ano letivo 2017/2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40 - REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

1229 - Presente informação com referência MO/04/17001, de 21 de dezembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a mais e de trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”, no valor, respetivamente, de 3.898,10€ (três mil, oitocentos e noventa e oito euros e dez cêntimos) e de 533,00€ (quinhentos e trinta e três euros).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 377.º, 378.º e 379.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”, em que é cocontratante a empresa Valeixa - Construção Civil, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos a mais, a preços acordados, no valor total de 3.898,10€ (três mil, oitocentos e noventa e oito euros e dez cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços acordados, no valor total de de 533,00€ (quinhentos e trinta e três euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da responsabilidade do dono da obra;
- c) a fixação do prazo de execução em dezoito dias para os trabalhos de suprimento de erros e omissões e para os trabalhos a mais aprovados e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- d) a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41 - REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE – CONCURSO PÚBLICO N.º 30/2017. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.

1230 - Presente informação técnica, com a ref.ª 12/MO/2017, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas por diversos interessados na fase de formação do contrato e se propõe a aceitação de erros e omissões do projeto, a aprovação de peças gráficas e escritas e a elevação do preço base para 759.347,08€ (setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e sete euros e oito cêntimos), no âmbito do concurso público que tem por objeto a “Remodelação do centro de Saúde da Marinha Grande”.

Considerando que constitui competência da Câmara Municipal a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto na informação técnica 12/MO/2017, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos, aprovar:

- a) os erros e omissões do projeto de execução, nos termos da informação técnica supra citada;**
- b) as peças gráficas e escritas apenas à mencionada informação técnica;**
- c) o preço base de 759.347,08€ (setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e sete euros e oito cêntimos);**
- d) a rejeição dos restantes erros e omissões apresentados pelos interessados, nos termos da informação técnica supra citada;**
- e) o mapa de quantidades final;**
- f) a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas em vinte dias, a contar da publicação, em Diário da República, do respetivo anúncio.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS - CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE

1231 - Presente pedido do Clube Recreativo Amieirinhense consubstanciado nos registos de entrada E/9648 de 20 de outubro e E/10534 de 21 de novembro, relativo à cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens, para realização dum espetáculo musical com a participação da Orquestra Ligeira Amieirinhense. O objetivo do espetáculo é a angariação de fundos, com a receita de bilheteira a reverter para a Casa Esperança Focinhos e Associação Protetora dos Animais da Marinha Grande.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/3419/2017 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista, bem como o parecer da Chefe da DCD de 12.12.17 e despacho da Sr.ª Vereadora Dr.ª Célia Guerra datado de 12.12.17.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja "A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço". No caso em apreço consideramos que o interesse cultural e cívico está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins cívicos e de cidadania com os quais a autarquia certamente se identifica. As datas inicialmente propostas pelo Clube para realização do espetáculo já se encontravam comprometidas com a programação regular do Teatro Stephens pelo que foi necessário encontrar uma data compatível e favorável às duas entidades, o dia 3 de fevereiro.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento.

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande: *“As associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários”*, estão isentas do pagamento de taxas, o que se aplica no caso em apreço.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens ao CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE para realização de espetáculo com a ORQUESTRA LIGEIRA DO CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE a apresentar no dia 3 de fevereiro às 21h30, assumindo o Município os custos com o pessoal de apoio à sala e os técnicos de som e luminotecnia. Este apoio em espécie ao Clube Recreativo Amieirinhense terá um valor estimado de 600€.

Esta cedência é ainda efetuada nas seguintes condições:

- A Direção do Clube Recreativo Amieirinhense fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores remetendo ao município a respetiva autorização de modo a que possa ser solicitada à IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais a licença de representação;
- A Direção do Clube Recreativo Amieirinhense fica responsável pela exploração da bilheteira para este espetáculo devendo para o efeito elaborar os bilhetes cf. modelo a facultar pelo Município;
- A Direção do Clube Recreativo Amieirinhense deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2018 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

1232 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a venda de bilhetes, e atendendo a que a contratualização dos espetáculos referidos no quadro seguinte se encontra em tramitação, fazendo parte da proposta de programação e de fixação de preço de bilhetes de ingresso para os meses que constituem o 1.º trimestre de 2018 – cf. I/2973/26.10.2017, e que teve o correspondente despacho de aprovação da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Célia Guerra datado de 10 de novembro;

Que o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

Que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de fevereiro e março de 2018 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

FEVEREIRO	Tipologia	Projeto	Valor Cachet c/ IVA	Preço do bilhete proposto
14 – 21h30	MÚSICA	PAULO GONZO	7.872,00€	15€
17 – 16h00	TEATRO	OS PIRATAS	452,00€	2€
MARÇO				
10 – 21h30	MÚSICA	HANDS ON APPROACH	4.920,00€	12,50€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de fevereiro e março de 2018 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44 - DESISTÊNCIA DE CANDIDATURA DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE PARA REALIZAÇÃO DO TORNEIO DE XADREZ MEMORIAL JOSÉ VAREDA EM 2016

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do

Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

Presente correio eletrónico do Sport Operário Marinhense, com o registo de entrada E/10595/2017, em anexo (1).

Considerando que o Sport Operário Marinhense informa da desistência da candidatura com o registo de entrada E/8656/2016, admitida em de 26 de janeiro de 2017, para a realização do Torneio de Xadrez Memorial José Vareda, por não ser possível atribuição de apoios financeiros após a realização de eventos já realizados;

Considerando o parecer da CCDRC com o registo de entrada E/1770/2017 em anexo (2);

A Câmara Municipal tomou conhecimento da desistência da candidatura para Torneio de Xadrez Memorial José Vareda com o registo de entrada E/8656/2016.

45 - RESOLUÇÃO CONTRATUAL PELA INEXECUÇÃO VOLUNTÁRIA DA OBRIGAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA 8.ª EDIÇÃO DA PROVA DE BTT OBJETO DE APOIO/PATROCÍNIO DESPORTIVO - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO - CONTRATO PROGRAMA DE PATROCÍNIO DESPORTIVO N.º DCD 2017/16

1233 - Presente ofício da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, com o registo de entrada E/10341/2017;

Considerando que a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego informa que não lhe foi possível realizar a 8.ª edição da prova de BTT prevista para 26 de novembro de 2017 por questões de logística, solicitando que seja dado como sem efeito o contrato programa de patrocínio desportivo n.º DCD 2017/16;

Considerando o n.º 1 do artigo 17.º do regulamento, nomeadamente que, a não realização da atividade ou do projeto objeto de comparticipação municipal implica a perda automática do apoio ou dos benefícios concedidos.

Considerando que a alínea c) da cláusula 8.ª do contrato programa de patrocínio desportivo n.º DCD 2017/16, celebrado com a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, para apoio financeiro para a realização da 8.ª edição da prova de BTT, concede à Câmara Municipal o direito de resolver o contrato programa;

Considerando que a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego ainda não recebeu o apoio financeiro relativo à execução do contrato programa, já que este só seria pago após a confirmação da realização da atividade, nos termos do n.º 5 da cláusula 4.ª do contrato programa;

A Câmara Municipal delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do regulamento e da alínea c) da cláusula 8.ª do contrato programa de patrocínio desportivo n.º DCD 2017/16, celebrado com a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego para apoio financeiro para a realização da 8.ª edição da prova de BTT, resolver o

contrato programa de patrocínio desportivo n.º DCD 2017/16, atendendo à inexecução do objeto de patrocínio/apoio financeiro e a perda automática do apoio financeiro concedido.

Mais delibera proceder ao estorno do cabimento e do compromisso referente a este contrato.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

46 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE - ANO LETIVO 2016/2017 - 2ª FASE

Assunto retirado da ordem do dia.

47 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE - ANO LETIVO 2016/2017 - 2ª FASE

Assunto retirado da ordem do dia.

48 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA - ANO LETIVO 2016/2017 - 2ª FASE

Assunto retirado da ordem do dia.

49 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE - ANO LETIVO 2017/2018 - 1ª FASE

1234 - Presente informação nº 3324/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 30/11/2017, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando os trezentos e dezanove processos de pedido de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, NIF: 600 075 761, com sede na Rua Profª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, um subsídio no valor de 9.690,00 euros - nove mil seiscientos e noventa euros, para efeitos da distribuição dos auxílios económicos, relativos ao ano letivo 2017/2018 – 1ª fase, conforme quadros abaixo:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE				
Estabelecimento de Ensino	100% (Escalão A)	50% (Escalão B)	Excluídos	Total
EB Albergaria	3	5	2	10
EB Amieira	4	3	0	7
EB Cumeira	9	7	1	17
EB Engenho	17	15	4	36
EB Garcia	2	2	1	5
EB João Beare	49	28	8	85
EB Picassinós	8	11	1	20
EB Pilado	2	4	0	6
EB Trutas	16	7	4	27
JI Boavista	7	4	3	14
JI Cumeira	4	7	1	12
JI João Beare	20	11	8	39
JI Pedrulheira	12	4	1	17

JI Pilado	4	6	1	11
JI Trutas	8	4	1	13
Total	165	118	36	319

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	55	50,00 €	2.750,00 €
1ºCEB	110	40,00 €	4.400,00 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
Pré-Escolar	36	25,00 €	900,00 €
1ºCEB	82	20,00 €	1.640,00 €

Grau de Ensino	Total	Ação do Plano
Pré-Escolar	3.650,00 €	2015/A/67
1ºCEB	6.040,00 €	2015/A/70
TOTAL	9.690,00 €	Nove mil seiscentos e noventa euros

Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Para atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/67/2015 e A/70/2015 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

50 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE - ANO LETIVO 2017/2018 - 1ª FASE

1235 - Presente informação nº 3325/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 30/11/2017, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando os trezentos e quarenta processos de pedido de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, NIF: 600 076 768, com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430-231 Marinha Grande, um subsídio no valor de 10.675,00 euros - dez mil seiscentos e setenta e cinco euros, para efeitos da distribuição dos auxílios económicos, relativos ao ano letivo 2017/2018 – 1ª fase, conforme quadros abaixo:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE				
Estabelecimento de Ensino	100% (Escalão A)	50% (Escalão B)	Excluídos	Total
EB Casal de Malta	30	20	3	53
EB Francisco Veríssimo	34	16	9	59
EB Fonte Santa	8	1	1	10
EB Amieirinha	7	14	1	22
EB Moita	9	4	2	15

EB Guilherme Stephens	23	14	4	41
EB Várzea	11	7	3	21
JI Casal de Malta	26	17	6	49
JI Várzea	13	6	1	20
JI Francisco Verissimo	1	4	0	5
JI Ordem	17	7	3	27
JI Moita	4	2	1	7
JI Amieirinha	3	3	1	7
JI Fonte Santa	0	4	0	4
Total	186	119	35	340

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	64	50,00 €	3.200,00 €
1ºCEB	122	40,00 €	4.880,00 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	43	25,00 €	1.075,00 €
1ºCEB	76	20,00 €	1.520,00 €

Grau de Ensino	Total	Ação do Plano
Pré-Escolar	4.275,00 €	2015/A/67
1ºCEB	6.400,00 €	2015/A/70
TOTAL	10.675,00 €	Dez mil seiscentos e setenta e cinco euros

Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Para atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/67/2015 e A/70/2015 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

51 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA - ANO LETIVO 2017/2018 - 1ª FASE

1236 - Presente informação nº 3326/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 30/11/2017, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leira.

Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março;

Considerando o Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de março - que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de auxílios económicos, entre outras, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico que frequentam escolas públicas; e sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando o acesso à mesma, respetivamente;

Considerando que as normas legais mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios;

Considerando que o Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho vem reforçar a ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2º escalão, o B);

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Considerando os 110 processos de pedido de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar em anexo;

Considerando o enquadramento dos mesmos face ao definido no n.º 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, NIF: 600 076 270, com sede na Rua António Pereira Coutinho, Apartado 6, 2430-909 Vieira de Leiria, um subsídio no valor de 3.255,00 euros - três mil duzentos e cinquenta e cinco euros, para efeitos da distribuição dos auxílios económicos, relativos ao ano letivo 2017/2018 – 1ª fase, conforme quadros abaixo:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA				
Estabelecimento de Ensino	100% (Escala A)	50% (Escala B)	Excluídos	Total
EB1 António Vitorino	27	18	5	50
EB1 Passagem	5	1	2	8
EB1 Praia da Vieira de Leiria	8	10	0	18
JI Vieira de Leiria (Fonte Santa)	9	11	2	22
JI Vieira de Leiria (Outeiros)	0	0	0	0
JI Praia da Vieira	6	2	4	12
Total	55	42	13	110

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	15	50,00 €	750,00 €
1ºCEB	40	40,00 €	1.600,00 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	13	25,00 €	325,00 €
1ºCEB	29	20,00 €	580,00 €

Grau de Ensino	Total	Ação do Plano
Pré-Escolar	1.075,00 €	2015/A/67
1ºCEB	2.180,00 €	2015/A/70
TOTAL	3.255,00 €	Três mil duzentos e cinquenta e cinco euros

Mais delibera que, o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto de apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2018, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Para atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/67/2015 e A/70/2015 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

52 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPETIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2017/2018

Assunto retirado da ordem do dia.

53 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPETIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2017/2018

Assunto retirado da ordem do dia.

54 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPETIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2017/2018

1237 - Presente informação nº 3327/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 30/11/2017, referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para material didático e outros bens, conforme competência prevista na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015, de 30 de março, referente aos 1ºs, 2ºs e 3ºs períodos, do ano letivo 2017/2018.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento de escolas, para o ano letivo 2017/2018;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação, desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e considerando que possui competência para apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº1, do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 25/2015 de 30 de março, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, NIF: 600 076 270, com sede na Rua António Pereira Coutinho, Apartado 6, 2430-909 Vieira de Leiria, um subsídio no valor de 9.270 euros (nove mil duzentos e setenta euros), referente aos 1º, 2º e 3ºs períodos do ano letivo 2017/2018, destinado a compartilhar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens, conforme descrito nos mapas seguintes:

PRÉ ESCOLAR	2017 - MESES		3	2018 - MESES		6		
	N.º SALAS	N.º ALUNOS	VALOR MENSAL SALA	TOTAL MENSAL	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL 2017/2018	AÇÃO DO PAM
A.E. VIEIRA LEIRIA	4	66	50 €	200 €	600 €	1.200 €	1.800 €	2015/A/57

AAAF	2017 - MESES		3	2018 - MESES		6		
	N.º SALAS	VALOR MENSAL SALA		TOTAL MENSAL	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL 2017/2018	AÇÃO DO PAM
A.E. VIEIRA LEIRIA	2	100 €		200 €	600 €	1.200 €	1.800 €	2015/A/57

1.º CEB	2017 - MESES		3	2018 - MESES		6		
	N.º SALAS	N.º ALUNOS	VALOR MENSAL SALA	TOTAL MENSAL	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL 2017/2018	AÇÃO DO PAM
A.E. VIEIRA LEIRIA	12	203	50 €	600 €	1.800 €	3.600 €	5.400 €	2015/A/62

MEDIATECAS	2017 - MESES		3	2018 - MESES		6		
	N.º SALAS	VALOR MENSAL SALA		TOTAL MENSAL	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL 2017/2018	AÇÃO DO PAM
A.E. VIEIRA LEIRIA	1	30 €		30 €	90 €	180 €	270 €	2015/A/62

	2017	2018	AÇÃO DO PLANO
PRÉ-ESCOLAR	600 €	1.200 €	2015/A/57
1º CICLO	1.800 €	3.600 €	2015/A/62
AAAF (salas)	600 €	1.200 €	2015/A/57
MEDIATECAS	90 €	180 €	2015/A/62
TOTAL	3.090 €	6.180 €	9.270 €

	2017	2018	TOTAL
PRÉ-ESCOLAR	1.200 €	2.400 €	3.600 €
1º CICLO	1.890 €	3.780 €	5.670 €
TOTAL	3.090 €	6.180 €	9.270€

Estes apoios têm cabimento nas Ações 2015/A/57 e 2015/A/62, conforme identificado no mapa acima apresentado.

Mais delibera, que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 31 de outubro de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

55 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO PARA REALIZAÇÃO DE UM TORNEIO ABERTO EM TÊNIS DE MESA

1238 - Presente deliberação de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir um conjunto de candidaturas, de entre as quais, a apresentada pela Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro para realização de um torneio aberto em ténis de mesa, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação
E/9498/2017	Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	Torneio Aberto de Ténis de Mesa	501623051	36,4

Presente informação nº I/3452/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que a candidatura da **Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro para realização de um torneio aberto em ténis de mesa**, reúne todas as condições e requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, por ter apresentado já a documentação prevista, propondo que, em consequência, se lhe atribua apoio financeiro de 2000€ (dois mil euros) para fazer face a despesas com prémios, transporte de material e arbitragem, previstas no orçamento detalhado que acompanha o processo de candidatura.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	Torneio Aberto de Ténis de Mesa	501623051	36,4	2015 / A / 198	1500€

Delibera ainda, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

**56 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
– JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE**

1239 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos–programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Judo Clube da Marinha Grande apresentou em 28 de novembro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de judo na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE	506889955	5.000,00€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

57 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”

1240 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “*Critérios de Financiamento à Atividade Física*” aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o Futebol Clube “Os Belenenses” apresentou em 14 de dezembro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futsal na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”	501124683	1.000,00 €
TOTAL		1.000,00 €

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

58 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA

Assunto retirado da ordem do dia.

59 - INFORMAÇÃO SOBRE O PONTO DE SITUAÇÃO DE PROCESSOS DE CANDIDATURA/PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PENDENTES NO FINAL DO ANO DE 2016.

Assunto retirado da ordem do dia.

60 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – SPORTING CLUB MARINHENSE

Assunto retirado da ordem do dia.

**61 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018
– ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE**

Assunto retirado da ordem do dia.

**62 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ENSINO E PROMOÇÃO
SOCIAL DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE E APROVAÇÃO DO
CONTRATO- PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA
2017/2018**

1241 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos–programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Associação Ensino e Promoção Social Desportivo Náutico da Marinha Grande apresentou em 02 de outubro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de natação na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
ASSOCIAÇÃO ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	501089721	1.500,00€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em

processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

63 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE E APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018

1242 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Atividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que ao Industrial Desportivo Viegrense apresentou em 06 de outubro de 2017 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de futebol, atletismo, natação e patinagem artística na época 2017/2018, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/196.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	Valor
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501 254 242	16.904,00€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/196 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

64 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – SPORT LISBOA E MARINHA

Assunto retirado da ordem do dia.

65 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – CLUBE DESPORTIVO MOITENSE

Assunto retirado da ordem do dia.

66 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE NO ANO DE 2017 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE

1243 - Presente deliberação de 12 de janeiro de 2017, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2017 (ANEXO 1);

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Industrial Desportivo Vieirense	501 254 242	26 janeiro 2017

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2017.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2017, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa foi aprovado em 12 de janeiro de 2017.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando que a realização das atividades foi iniciada em janeiro de 2017, assim como a realização de despesas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2017 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Industrial Desportivo Viegrense	501 254 242	1.500,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Os Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro proferiram a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 3ª do regulamento diz que “O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através de subsídio, no montante de 1500 euros (mil e quinhentos euros)”.

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um actividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com actividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

67 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.498.452,96 €** (treze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e noventa e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 18:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.
